

12 NOV 1977

ANC 88
Pasta 77/79
103/1977

'Neo-autênticos' mantêm tese da Constituinte, com anistia e liberdade

No encontro com o marechal Cordeiro de Farias os "neo-autênticos" reafirmaram ser a constituinte "o ponto de honra permanente do MDB". Não rejeitaram, entretanto, a possibilidade levantada pelo marechal, de se vencer etapas preliminares, entendidas pelos emedebistas como os pressupostos para a Constituinte: liberdade de organização política, fim do regime de exceção, restauração das prerrogativas do legislativo e judiciário e anistia.

Cordeiro, mais uma vez reiterou: — "Confiem em mim. Peço aos senhores, pois estou confiante nos propósitos do presidente Geisel de promover a abertura política ainda no seu Governo. Reafirmo que não está agindo em missão oficial, para a qual o indicado pelo presidente foi o senador Petrônio Portella.

Na residência do deputado Jader Barbalho, onde se realizou o encontro, os emedebistas declararam

reiteradas vezes que não tinham por que confiar no Governo depois da "lei Falcão e do pacote de abril" e receberam a resposta de que "diante do que aconteceu a atitude do MDB não podia ser condenada".

A tarde, os representantes do grupo estiveram com Ulysses Guimarães e Freitas Nobre, entregando-lhes cópias da "declaração conjunta" sobre a reunião e fazendo ao presidente e ao líder do partido um relato da conversa.

A nota

Declaração conjunta dos deputados Adhemar de Santillo (GO), Álvaro Dias (PR), Antônio Carlos (MT), Antônio José (BA), Fernando Coelho (PE), Genervino Fonseca (GO), Jader Barbalho (PA), João Gilberto (RS), Jorge Moura (RJ), Lidovino Fanton (RS), Mário Frota (AM), Nóide Cerqueira (BA), Odacir Kléin (RS), Tarcísio Delgado (MG), e Walmor de Lucca (SC).

"Como o marechal Cordeiro de Farias já manifestara, por reiteradas vezes, com amplo destaque na imprensa nacional, o seu interesse em manter contato com parlamentares da oposição, realizou-se um encontro do qual cumpre destacar:

— Apresentamos ao senhor marechal argumentos em favor da realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, embasada em pressupostos que a garantam livre, soberana e legítima, como desaguadouro da ansiedade nacional pela democratização, conforme decisão da Convenção do MDB.

— A conversa foi admitida em caráter estritamente pessoal, não tendo o marechal Cordeiro como já afirmara - missão de parte do

Governo, nem estando estes deputados com a intenção de representar outras pessoas ou grupos. Transmitimos, nesse sentido, nossa condenação ao diálogo institucionalizado, como linha de ação política, que representaria o recuo das oposições, a diminuição da veemência na pregação do programa partidário ou ênfase na ação pela constituinte.

O comportamento dos detentores do poder ao fecharem o Congresso, editarem o pacote de abril e a Lei Falcão, e ao cassarem o líder Alencar Furtado e iniciarem processo contra o presidente Ulysses Guimarães, demonstra, por atos, a inviabilidade de seu "diálogo".

Não existe, assim, qualquer fato concreto que justifique expectativa quanto aos supostos propósitos de abertura democrática pelo Governo.

— O senhor marechal, no entanto, externou sua confiança num processo de abertura e "para valer". De sua excelência ouvimos a preocupação como futuro do Brasil e também o desejo de abertura democrática.

— A respeito dos caminhos para a democratização, sobre os quais não coincidem exatamente as

posições expostas pelos interlocutores, dissemos não concordar com remanejamentos que busquem apenas reciclar o atual "sistema".

— Expusemos ao senhor marechal nossas preocupações com diferentes aspectos econômicos e sociais; com o casuísmo das reformas políticas implantadas ou anunciadas.

— O encontro não alterou nossa convicção de que o país necessita de urgente democratização de suas estruturas, pela devolução do poder ao povo e que o caminho é uma Assembleia Nacional Constituinte.

— Sobre o amplo noticiário que antecedeu o encontro é de salientar que não formamos um grupamento em luta com outros setores do partido. É exatamente por acreditarmos no programa partidário e na necessidade de sua constante dinamização que formamos um grupo de trabalho para melhor organizar a nossa participação e a nossa ação, sempre sob as diretrizes dos órgãos legítimos de decisão, dos quais o maior é a Convenção Nacional. Nossa participação é de colaboração e de valorização do trabalho de todos, indistintamente".